

RESENHA BIBLIOGRAFICA (1)

HISTORIA — *Zeitschrift für Alte Geschichte*, Jahrgang I. 1950, Heft 2. —
Baden-Baden, Verlag für Kunst und Wissenschaft.

I — Abhandlungen.

1. — Matz (F.) — “Zur ägäischen Chronologie der frühen Bronzezeit.” (pp. 173-194).

O Prof. Friedrich Matz, do Instituto Arqueológico da Universidade de Marburg a. d. Lahn, principia o seu artigo por uma referência à pausa forçada que sofreram as pesquisas arqueológicas na Grécia e na Ásia Menor durante a segunda guerra mundial, acentuando a relativa utilidade desta pausa para uma revisão dos dados cronológicos referentes à pré-história daquelas regiões. Tal revisão era necessária em virtude da descoberta de cerâmica do Heládico Antigo já em Tróia I — o que deveria conduzir a uma elevação das datas até agora aceitas —, das escavações de Mari e do estudo de uma nova lista de reis assírios de Kohrsabad que, em sentido inverso, determinariam um encurtamento da cronologia oriental. Os resultados destas descobertas foram já explorados, principalmente por S. Weinberg (“Aegean Chronology: Neolithic Period and Early Bronze Age”, *AJA.* 51, 1947, 165) e por Sidney Smith (“MM. I/II and Babylonian Chronology”, *AJA.* 49, 1945, I), mas sem que se tenha chegado a conclusões indiscutíveis do ponto de vista da cronologia. O caminho para um trabalho desta natureza é o da arqueologia-comparada, e é o que faz o Prof. Matz, que toma como base, em primeiro lugar, o fato de terem sido encontrados nos restos da cidade de trabalhadores da pirâmide de Sesostri II (1895-1877) fragmentos de cerâmica do MM II b e, nas suas proximidades (correspondendo ainda à mesma época), fragmentos semelhantes do MM II a; por outro lado, foi encontrada em Cnossos (em local donde foram retirados apenas restos do MM II b), uma figura egípcia de diorito que, segundo alguns (com os quais não concorda S. Smith), teria chegado à ilha antes de 1800. Do confronto destes dados chega-se às seguintes conclusões: MM II a: desde o início do s. XIX até 1800 aproximadamente; MM II b: desde 1830 aproximadamente até o fim do s. XVIII.

Mais complicada é a datação do MM I, e a primeira afirmativa do A, a respeito é que, indiscutivelmente, a cerâmica MM II foi produzida apenas nas oficinas dos palácios, ao passo que, fora daí, sobreviveu a cerâmica designada como MM I até ser substituída pelas formas do MM III. Tratar-se-ia aí, antes de tudo, de objetos simples da vida cotidiana. Um problema surge com a presença de um sinete da época de Hamurapi junto com material do MM I, pelo seguinte: se, apesar de dúvidas reinantes, as opiniões mais abalizadas situam Hamurapi entre 1775 e 1700, como se explica que o sinete se encontre em meio a restos que devem corresponder, no mínimo, à segunda metade de s. XX? — O A. passa, então, a fazer o estudo comparado dos vasos

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

esta fossa, porque ela pertence a um horizonte já encerrado no início do século XIX. O cilindro-sinete foi, assim, conduzido posteriormente ao tholos". Na seqüência da anterior surge logo outra dificuldade: "Pergunta-se, agora, se é possível determinar-se uma data absoluta para o limite superior deste horizonte". A comparação dos selos do tholos B de Platanos com os selos egípcios e de vários pontos de Egeu, e os dados do Prof. Stock para a cronologia da VI dinastia, por ele situada entre 2360 e 2200 (e não entre 2420 e 2280), permitem ao A. fixar o horizonte MA II, ao qual pertencem os primeiros destes selos estratigráficamente determinados, em data não superior a 2300. Ora, isto representa um grande ataque à cronologia longa, levando o MA I para a primeira metade do III milênio. Volta-se o A., em seguida, para outras bases em que se possa apoiar e, primeiramente, para a determinação da cronologia de Tróia II, que apresenta importantes relações com o MA II, dado que, pela arqueologia comparada, resulta que Tróia II pertence a um horizonte que, em si, é mais antigo que o de MA II, mas que, na sua parte final, coincide com o início do MA II. Corrigindo sua opinião anterior, Matz dá como data para a destruição de Tróia II em 2250-2200, o que confirma a avaliação do início do MA II em 2300 aproximadamente. Passa-se, depois, à arqueologia da Grécia continental, onde são examinadas as relações cronológicas entre o HA I, Tróia II e o MA II, para concluir-se pelo resultado absoluto apenas em favor do início de Tróia II em 2400 aproximadamente, uma vez que todos os outros cálculos são considerados meras hipóteses. Em todo o caso, as excavações cretenses revelam-se, sem dúvida alguma, favoráveis à cronologia curta. Um quadro em que se resumem os resultados obtidos encerra o trabalho em questão.

2. — Stier (H. E.) — "Probleme der frühgriechischen Geschichte und Kultur" (pp. 195-230).

Principiando por algumas considerações ligeiras a respeito da dificuldade da fixação de datas que delimitem os períodos da História, estabelece o A., como fase à qual é dedicado o seu estudo, a que abrange os sete séculos anteriores às guerras médicas, séculos estes que tantas dificuldades oferecem do ponto de vista das fontes. Desenvolve-se, a seguir, o trabalho propriamente dito, dividido em nove partes que, aliás, bem poderiam ser reduzidas a duas apenas: a primeira, tratando da questão da unidade ou divisibilidade da história da Grécia antes das guerras médicas, e a segunda, referente às relações entre a Grécia e o Oriente naquele período.

A afirmativa com que o A. abre a primeira parte de seu trabalho já deixa bem claro o seu ponto de vista a respeito, uma vez que "querer conceber um período de quase sete séculos como uma unidade é, substancialmente, uma quimera". Para quem assim pensa, portanto, não é possível concordar com A. Heuss, que nas "Beiträge zum Verständnis der Griechen und Römer und ihres Nachlebens" editadas por B. Snell sob o título "Antike und Abendland", publicou um estudo sobre a Grécia arcaica como época histórica, no qual atribui como datas limites a esta fase a da migração egeana do século XII (denominação sua, aliás), e a do início das guerras médicas. O ataque às opiniões de Heuss constitui a linha para o desenvolvimento das idéias do A. que, em virtude da falta de fontes escritas, propõe-se a recorrer às arqueológicas para apoiar o seu ponto de vista. Partindo da predominância da arte orientalizante sobre a geométrica na segunda metade do século VIII, e tomando este fato como o prenúncio do princípio de uma nova época histórica, vai o A. encontrá-la com o nascimento da arte monumental da segunda metade do século VII, arte esta já completamente distinta da do período anterior caracterizada pelos estilos geométricos. Este último período, por sua vez, oferece uma relativa unidade frente ao micênico e ao monumental, mas desde 1920/21 G. Karo manifestava suas dúvidas quanto à permanência das mesmas características durante cerca de quatro séculos; estudos que foram feitos desde então

revelaram a existência de camadas estruturadas dentro desta fase e permitiram a distinção entre sub-micênico, proto-geométrico e geométrico propriamente dito, para cujo início o A. propõe a data aproximada de 900, em sincronismo com a introdução do alfabeto na Grécia e nas imediações do princípio da colonização nas costas da Ásia Menor. Assim, o alargamento e o aprofundamento de nossos conhecimentos não nos permitem falar nem mesmo dos séculos compreendidos entre a " Migração dos Heráclidas " e a colonização como constituindo uma unidade, e esta possibilidade desaparece completamente se ampliarmos as nossas considerações até as vésperas das guerras médicas. As divisões podem ser comprovadas também pelo estudo da história constitucional, tomando-se como base uma passagem da " Política " de Aristóteles que nos permite concluir pela existência de um paralelismo entre o desenvolvimento constitucional das cidades gregas e os períodos artísticos compreendidos pelas datas 1200/1150 a \pm 900, \pm 900 a 750/650 e 750/650 ao início do classicismo. Reafirmando ainda uma vez a importância dos testemunhos arqueológicos, assim se expressa o A.: " Na articulação das épocas artístico-históricas reflete-se a estrutura do desenvolvimento de conjunto da história antiga da Grécia ".

Entretanto, a qual dos três períodos deverá ser atribuída a designação " arcaico "? — Para o A. arcaico é o período ligado à arte monumental anterior a Péricles e que, ao contrário do que se poderia pensar, nada tem de infantil, mas é uma verdadeira alvorada de maturidade.

Arcaísmo e classicismo apresentam atitudes diversas em relação aos elementos orientais, que predominam no primeiro e são superados pelo segundo; há também a predominância oriental, durante o período arcaico, no setor econômico, com a moeda, e no político, com a tirania. A importância das relações greco-orientais já foi evidenciada por G. Karo, e desde então (1920), nossos conhecimentos a respeito foram consideravelmente alargados, descobrindo-se ligações que antes nem mesmo eram pressentidas e que emprestaram maior colorido e riqueza ao quadro da Hélade arcaica. Refutando Spengler quando este combate o princípio das influências e é levado a negar a existência deste tipo de relações entre a Grécia e o Oriente, volta-se novamente o A. para a arqueologia, mormente para os resultados das recentes escavações em Karatepe, para pôr em destaque as relações greco-orientais. O ornato em forma de lagarta sobreposta aos elmos gregos, que acompanha perfeitamente a expansão helênica pelo Mediterrâneo, não se desenvolveu independentemente com a forma que apresenta no século VIII. Isto porque esta espécie de lagarta já aparece em monumentos do Próximo Oriente, mormente na Assíria e na Síria do Norte sob domínio hitita, nas duas formas com que surge entre os gregos, ainda que menor e mais estreita entre os assírios. A semelhança com o ornato grego é muito maior do lado hitita, nas esculturas de Karkemish e, recentemente, nas de Karatepe, cuja data oscila entre 732 e 715. Assírios e hititas, entretanto, desenvolveram os seus ornatos, ao que parece, sem dispôr de qualquer modelo grego e, além disto, é de importância decisiva para o assunto em questão que se possa considerar o desenvolvimento dos referidos ornatos em solo oriental, sem necessidade alguma de se lançar mão de contatos com os helênicos. De fato, sua origem pode ser encontrada no Urartu, no século IX, ao passo que os mais antigos exemplares entre os gregos não vão além do século VIII. Ora, os próprios gregos (Heródoto, Alceu, Anacreonte), conservaram a lembrança da origem oriental deste ornato do elmo, transmitido ao mundo helênico pelos cários, e o principal resultado disto é que, na dúvida entre uma convergência e um empréstimo, as fontes escritas são decididamente favoráveis ao segundo. A forma deste ornato, que nos parece tão especificamente dos tholos B de Platanos com o material arqueológico de vários outros tholoi cretenses, para concluir em seguida: " Disto resulta que o encontro de um cilindro-sinete babilônico do princípio de século XVIII ou da passagem entre os séculos XVIII e XVII no tholos B de Platanos não pode servir para datar grega, foi modelada em grande parte na Ásia Menor, muito mais do que se poderia imaginar antes do estudo do material descoberto em Karatepe.

Em conclusão final renova o A. seus ataques a Spengler, alinha uma série de outros elementos orientais transmitidos aos gregos, o que lhe permite dizer que a quantidade destes elementos participantes na cultura grega antiga foi consideravelmente maior do que a de elementos antigos na Renascença ocidental dos séculos XV e XVI. Naturalmente, já Ed. Meyer tinha razão quando advertia contra a tendência a superestimar-se a influência oriental sobre o Helenismo, mas isto não justifica que se considere tal influência como secundária em virtude de uma subestimação. O importante é que, se havia no grego uma tendência à monumentalidade, a sua realização não seria possível dentro dos estilos geométricos e só foi possibilitada pelos elementos orientais.

3. — Klaffenbach (G.) — “Das Jahr der Kapitulation von Ithome und der Ansiedlung der Messenier in Naupaktos” (pp. 231-235).

Explicando a dificuldade de se fixar a data do acontecimento em questão em virtude de um erro cometido pelo editor da obra póstuma de Tucídides, o Prof. Klaffenbach opina em favor dos anos 460/59, portanto, quatro anos após o início da revolta dos hilotas (464/463), coincidindo com o lançamento da expedições ateniense contra o Egito e pouco antes da aliança entre a liga ateniense, Argos e a Tessália (462/61 ou 461/60, segundo o A., na primavera de 461, após o ostracismo de Cimon). Não é considerada possível a exata fixação da data da capitulação de Ithome dentro dos anos 460/59.

4. — Griffith (G. T.) — “The union of Corinth and Argos” (392-386 B. C.) (pp. 236-256).

Aberto o artigo por algumas considerações de ordem geral, passa o A. a fazer a crítica das passagens referentes ao assunto nas “Hellenica”, IV, de Xenofonte, e aborda a questão da data em que teve lugar a união entre Corinto e Argos. Ao contrário de Beloch, que — seguindo Xenofonte — situou a união imediatamente após a revolução democrática de Corinto, o A., utilizando-se do discurso de Andócides a respeito da paz, localiza-a entre a destruição da “mora” espartana por Ificrates em 390 e a ida deste mesmo chefe militar para o Helesponto em 388, ou seja, pelo menos três anos depois da referida revolução democrática, na primavera de 389. Passa, em seguida, a procurar definir o caráter desta união, a qual, segundo Xenofonte e Diodoro, consistiu numa incorporação de Corinto à cidade-estado e ao território de Argos, de tal modo que “Corinto tornou-se Argos, perdeu seu nome e seus cidadãos tornaram-se cidadãos de Argos”. Todos os acontecimentos, então, teriam a característica de um bem sucedido golpe do imperialismo de Argos. Griffith continua, então, a crítica a Xenofonte, para concluir em favor de uma “isopolitéia”, como se vê: “The only terms that suggest themselves are those of isopolity. The conferring of isopolity on a whole community would be perhaps without parallel at this date, unless we include in our reckoning the extraordinary measure by which the Athenians conferred their citizenship upon the entire democracy of Samos in 405”. Tal “isopolitéia”, naturalmente, só foi possível em virtude da queda da oligarquia em Corinto, graças à revolução democrática que triunfou em 392 com o auxílio de Argos. Esta cidade, deveras, enviou tropas a Corinto e dominou-a completamente; mas isto foi para prevenir qualquer golpe por parte de Ificrates, que estava em condições de realizar tal operação em seu favor imediato. Numa parte final, o A. encarece o significado da “isopolitéia” em questão, uma vez que “the union of Corinth and Argos was a bolder and more interesting affair than has hitherto been suspected”, dadas as circunstâncias em que se verificou: “What is unique here is that this step could be taken by two cities between which there was no overwhelming disparity in size and distinction, and that it could be taken with

the full acquiescence and consent of the weaker party, which in fact refused to break away from the stronger even when the opportunity offered, except under threat of compulsion". E isto poderia mesmo ter levado Argos e Corinto ao domínio de toda a Grécia, desempenhando tais cidades o mesmo papel que deveria caber a Tebas em 371.

5. — Seston (W.) — "Jovius et Hercules ou l'«épiphanie» des Tétrarques" (pp. 257-266).

Tratando da festa imperial realizada por ocasião do martírio do centurião Marcelo em Tanger, em 21 de julho de 298, é o A. levado a fazer uma correção na publicação do manuscrito A 76 da Biblioteca Nacional de Madri, manuscrito este que representa a melhor tradição do texto dos "Atos de São Marcelo"; assim, na frase "die felicissimo hac toto orbe beatissimo natalis genuini dominorum nostrorum eorumdem augustorumque cesarum cum solempne celebremus" deve-se substituir a palavra "genuini" por "gemini", o que resulta na seguinte tradução: "neste dia de felicidade para o mundo inteiro que é o duplo aniversário de nossos senhores que são ao mesmo tempo Augustos e Césares, quando celebramos esta festa anual..." Tal festa já foi identificada pelo P. Delehay e por J. Carcopino como sendo o *dies imperii* de Maximiano, mas com isto não pode concordar o A. que, no seu livro "Dioclétien et la Tétrarchie" (Paris, 1946), procurou demonstrar que Maximiano tornou-se César em 1/III/286 e Augusto no fim deste mesmo ano, chegando, portanto a datas afastadas do período em questão. Não se aceita, também, a hipótese de um *dies imperii* comum aos tetrarcas, porquanto "à cette date, il ne saurait trouver place dans aucun des systèmes chronologiques proposés pour leur règne commun". Considerando que, na Tetrarquia, apenas uma qualificação poderia agrupar os imperadores dois a dois, que era a que reconhecia a Diocleciano e a Galério o título de Jovius e a Maximiano e Constâncio o de Hercules, a festa de 21 de julho seria, então, a comemoração do dia em que, pela primeira vez, os imperadores tomaram tais designações divinas. Possuímos, aliás, no "Panegírico" de 291, uma base para o estudo de tal festa, e é interessante notar-se que — conforme observação de E. Galletier — o autor do "Panegírico", dirigindo-se a Maximiano, expressa-se de tal sorte que parece referir-se, não a um único, mas a um duplo aniversário; os "Atos da Paixão de São Marcelo", por sua vez, aludem a uma festa comum aos quatro imperadores, ainda que Maximiano mereça destaque especial, como Imperador cuja influência se faz sentir mais diretamente, dado que, como em 291, estava presente às cerimônias. Assim, é o A. conduzido à confirmação de seu ponto de vista já defendido em 1946, de que se trata da comemoração do dia em que Diocleciano e Maximiano adotaram os nomes de Jovius e Hercules.

Passando à comparação entre o discurso oficial de Trêves em 291 e os "Panegíricos" de 21/IV/289 e de 1/III/297, destaca o A. a importância dos temas relativos à "Pietas" e à "Felicitas" dos imperadores e repele a possibilidade de se entrever aí a intenção do orador de fazer dos imperadores a encarnação de Júpiter e de Hércules. Como seriam eles, então, considerados, estes senhores que, "malgré leur divinité sans cesse affirmée, on distingue si soigneusement de dieux?" — A existência, sob a Tetrarquia, de uma festa como esta de 21/VII, denominada "geminus natalis" dos Jovii e Herculii (que não encontra paralelo na história anterior do Império), prova ter havido um dia considerado como aquele em que Diocleciano e Maximiano iniciaram uma nova vida, "tout au moins aux yeux de leurs contemporains". Ainda a oração oficial de 291 é invocada para nos explicar o que se deve entender por isto, esclarecendo-nos que "la fête du 21 juillet est un "natalis" parce qu'elle est celle des fils de Jupiter et des fils d'Hercule que sont les empereurs "Jovii" et Herculii". Contrariando a opinião de N. H. Baynes, para o qual isto nada mais seria do que um tema tradicional dos panfletários e bajuladores, Seston

afirma que Diocleciano foi o primeiro a estabelecer uma relação de filiação entre um certo deus e um certo imperador: "Jupiter est "le fondateur et le père de sa dynastie" (caelestis ille vestri generis conditor vel parens 3,2). Il y a entre le père et sa descendance un lien personnel qui est défini comme une promesse; celle-ci vaut aux empereurs en toutes circonstances l'appui de l'autorité divine". Surge em seguida, naturalmente, a resposta à questão da festa de 21/VII: "Dès lors, le "geminus natalis" du 21 juillet ne peut être que l'anniversaire du jour où, au cours de leur règne, l'ascendance divine des empereurs a été manifestée: c'est une épiphanie". A origem das idéias religiosas que levaram Diocleciano e Maximiano a ligarem-se aos deuses já foi indicada por W. Ensslin, e está nas duas tendências do mundo antigo a fazer do imperador um deus e a reconhecer nêle o portador de um carisma.

II — Forschungsberichte.

6. — Bittel (K.) — "Hefniter und Proto-Hattier" (pp. 267-286).

Dada a importância de que se revestiu a formação do império hitita na Ásia Menor, tanto do ponto de vista político como cultural, não pode deixar de chamar a atenção a circunstância de se acharem os hititas, linguisticamente falando, completamente estranhos aos outros habitantes do Próximo Oriente. Foram seus predecessores os chamados Proto-Hatti, cuja língua nem era indo-germânica nem semita. Passa a ser de grande interesse, então, o problema do local de origem dos hititas e o da época de sua migração. Ora, os próprios textos que nos foram transmitidos não nos dão margem para a solução da primeira destas dificuldades, que permanece no domínio das hipóteses. A maioria dos especialistas(como algumas excessões, entre as quais Hrozny), inclina-se para uma origem ocidental, apoiando-se em relações evidenciadas pela língua hitita com línguas como a celta, por exemplo. O próprio testemunho de Tróia II, destruída violentamente, é invocado em favor de u'a migração no sentido W-E, passando pelos estreitos. O A. não apoia tal ponto de vista por achar Tróia II um caso isolado, quando uma invasão deste tipo deveria ter deixado todo um roteiro de destruições. A falta de material arqueológico, entretanto, impede uma solução do problema em caráter definitivo. A data da penetração no interior da Ásia Menor também não está completamente definida, podendo-se, todavia, afirmar que, com toda a certeza, já eles lá se encontravam nas imediações do ano 1800 a. C., conforme nos dá testemunho um texto do rei Anitta de Nesa. Tal soberano, certamente, foi um dos iniciadores do poderio hitita e, provavelmente, foi o destruidor das atividades de colonos assírios na região. Se seu nome, assim como o de seu antecessor Pithana, não é hitita, e sim proto-hatti, isto nada significa, porquanto tal fato verifica-se também com soberanos posteriores e que são indubitavelmente hititas. Para além de 1800 nada mais podemos afirmar, se bem que se tenha tentado solucionar esta dificuldade lançando-se mão de outras fontes não hititas. Assim, temos os antigos textos assírios, também chamados capadócijs, testemunhos de estabelecimentos comerciais lançados por Assur na parte oriental da Anatólia, e dos quais o mais importante foi o de Karum Kanesh, atualmente a colina de ruínas de Kültepe, a NE do Argaios. Desde a segunda metade do século XX a.C. já florescia, provavelmente, tais estabelecimentos, e nada há nos documentos em questão que permita afirmar-se a presença de hititas na região. Não se deve, porém, tirar conclusões apressadas, uma vez que eles lá poderiam estar, mas em situação de inferioridade, dominados por outros povos. As fontes arqueológicas podem dar ensejo a uma tentativa, apenas, de esclarecimento da questão, mas há necessidade de que se disponha de elementos que permitam distinguir-se claramente o que, nelas, é hitita e o que é proto-hatti. Temos alguns traços marcantes da cultura proto-hatti, revelados pelas excavações feitas pelos turcos em Hüyük desde 1935, e como hitita pode ser considerado — com algumas excessões — tudo o que

foi encontrado nas camadas dos séculos XIV e XIII em Bogazköy; características arquitetônicas próprias, relevos, sinetes, cerâmica, etc., que nos permitem distinguir toda uma região em que indo-germânicos hititas dominaram política e culturalmente, levando-se sempre em conta, porém, os empréstimos feitos às populações locais e vizinhas. Desde quando estabelecera-se esta cultura hitita na Ásia Menor, quais foram os seus inícios, e qual o seu processo de formação? — Pode-se dizer, primeiramente, que ela já estava formada entre os séculos XVII e XV, é claro, sem a monumentalidade, que surgiu posteriormente. Além do século XVII, todavia, nada foi resolvido ainda. Alguma base para novas inferências está sendo fornecida pelas escavações turcas de 1948/49 e ainda em curso, realizadas em Kültepe e cujos resultados poderão contribuir para preencher a lacuna entre o período hitita e o pré-hitita. Kültepe consiste numa colina de cerca de 10 metros de altura na qual se encontra material arqueológico disposto em camadas que abrangem todos os séculos que se situam entre o início do III milênio e a época helenística; além disto, há ainda, ligada a esta colina, uma extensão de cerca de 800 ms. de comprimento por 35 de largura e 2,5 de altura para a qual voltam-se hoje em dia as atenções dos especialistas turcos. Distinguem-se aí quatro camadas, sendo a mais inferior anterior ao estabelecimento assírio e abrangendo as outras três diversas fases deste estabelecimento. Entre as camadas III e II e II e I há sinais de violentos incêndios e destruições. O material aí encontrado dá margem à suposição de que a colônia foi fundada ainda no tempo da terceira dinastia da Ur, estendendo-se depois até as primeiras décadas do século XVIII e consiste, não em objetos assírios, mas locais, o que nos leva à seguinte questão: se colonos assírios do século XIX na Anatólia oriental viviam cercados de objetos do próprio local, servindo-se para finalidades domésticas de material indígena, como devemos nós classificar este "indígena"? — Como "hitita" ou como "pré-hitita", isto é, proto-hatti?

Uma estatueta de chumbo representando um deus extraordinariamente semelhante a imagens congêneres hititas; casas com traços comuns às dos hititas; cerâmica abundante da qual boa parte é também encontrada entre os hititas, levam-nos à possibilidade de uma conclusão:

a) — assírios estabelecidos em Karum Kanesh viviam num ambiente caracterizado por elementos anatólios;

b) — tais elementos não coincidem com o material proto-hatti originado de outras estações ou necrópoles dos últimos séculos do III milênio nem oferecem margem à hipótese de serem derivados deste.

Trata-se, então, de uma transformação verificada na região, em virtude da ação de novas forças que foram, possivelmente, representadas pelos hititas; estes, assim, devem ter chegado entre os séculos XXII e XX. nos fins do III milênio. Espera-se, todavia, o resultado final das escavações turcas, que permitirão, certamente, dar-se feição mais precisa a vários pontos ainda hoje no domínio das suposições.

III — Rezensionen.

Francesco della Corte: "Catone Censore, La Vita e la sua Fortuna", Torino (Rosenberg & Sellier) 1949, 190 pp.; Matthias Gelzer: "Pompeius", München, 1949, F. Bruckmann, 311 pp.; Lily Ross Taylor: "Party Politics in the Age of Caesar" (Sather Classical Lectures, volume twenty-two), Berkeley u. Los Angeles, University of California Press, 1949, 255 pp.; André Piganiol, "L'Empire Chrétien", Paris, Presses Universitaires de France, 1947, 446 pp., Tais obras foram entregues aos seguintes professores: Ulrich Knoche, de Hamburgo; J. P. V. D. Balsdon, de Oxford; Ernst Hohl, de Berlin-Niederschöneweide; e Karl Friedrich Stroheker, de Tübingen.

IV — Zeitschriftenreferate.

"The Journal of Hellenic Studies", 78, 1948; "Journal of Roman Studies", 39, 1949; "Comptes-Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres", Paris, Klincksieck, 1949; "Bayerische Akademie der Wissenschaften (Sitzungs-Berichte, assinados por E. Kornemann — "Das Prinzipat des Pompeius und der "Genius Senatus" —, W. Ensslin — "Zu den Kriegen des Sassaniden Schapur I.", e, pelo mesmo professor, "Des Symmachus Historia Romana als Quelle für Jordanes"); "Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin" (artigos dos professores H. Grapow — "Studien zu den Annalen Thutmosis des Dritten und zu ihnen verwandten historischen Berichten des Neuen Reiches" —, G. Kleiner — "Alexanders Reichsmünzen" — e Sitzungs-Berichte assinadas por J. Stroux — "Epigraphische Beiträge I: Eine Hafenschrift von der Küste des Pontus" — e E. Hohl — "Ein politischer Witz auf Caracalla. Ein Beitrag zur Historia-Augusta Kritik"); "Heidelberger Akademie der Wissenschaften" (Sitzungsbericht assinado por M. Dibelius — "Die Reden der Apostelgeschichte und die antike Geschichtsschreibung"); "Museum Helveticum", Basel, 7, 1950; "Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves", IX, 1949 ("Mélanges Henri-Grégoire"). Completa esta secção a resenha de vários números da publicação soviética "Vestnik Drevnej Istorii" (Revista de História Antiga), editada desde 1937 pelo "Instituto de História" da Academia de Ciências da URSS e confiada, até 1948, à direção do Prof. Aleksandr Vasil'evitch Mitchulin, e a partir daí, ao Prof. S. V. Kiselev. São os seguintes os números resenhados: 1948, n.º 2 (24); 3 (25); 4 (26); 1949, 1 (27); 3 (28); 4 (30).

V — Nachrichten

1 — 80.º aniversário natalício de Gaetano de Sanctis, transcorrido a 15 de outubro de 1950.

2 — A Academia Britânica designou uma comissão para, sob os seus auspícios, compilar uma prosopografia do baixo Império Romano (284-641). É seu objetivo fazer, para o baixo Império, o mesmo que com a "Prosopographia Imperii Romani" foi feito para o Principado, isto é, fornecer o material para o estudo da classe governante do Império. Tal trabalho deverá ser efetuado em colaboração com o Instituto Francês de Estudos Bizantinos, que está preparando o lançamento de uma prosopografia cristã que cobrirá o período de 300 a 700, abrangendo todos os que, clérigos ou não, desempenharam algum papel na história do Cristianismo.

PEDRO MOACYR CAMPOS

MIREAU (Émile). — *Les Poèmes Homériques et l'Histoire Grecque*. Tome II: *L'Iliade, l'Odyssée et les rivalités coloniales*. Paris. Editions Albin Michel, 1949. Em 8.º, 436 páginas, 4 mapas, 540 francos.

Se há na história da literatura universal um problema que tenha preocupado os críticos de todos os tempos, cuja solução pareça a muitos desesperadora, é o da chamada "Questão Homérica". Sobre o debatido assunto uma das obras mais originais, mais ousadas, digamos mesmo, mais arbitrárias ultimamente publicadas é, sem dúvida alguma, a do Sr. Émile Mireau *Les Poèmes Homériques et l'Histoire Grecque*, em 2 volumes.

Dando um colorido inteiramente novo à controvérsia, o ilustre escritor francês estuda as epopeias homéricas do ponto de vista histórico e econômico.

No volume I o Autor procura descobrir na Iliada e na Odisséia, que hoje vemos, a obra primitiva de um velho aedo, desenvolvida mais tarde por um segundo poeta, igualmente genial. O primeiro Homero, nascido em Quios, contemporâneo da expansão colonial do século VIII a.C., tomando partido nas lutas político-religiosas da época, teria escrito dois pequenos poemas: a "Cólera de Aquiles" e a "Volta de Ulisses". Quase um século mais tarde, outro Homero — que o Sr. Mireau chama de "Homero o Jovem" — neto talvez do primeiro, fiel às amizades tradicionais do clã dos Homéridas, retoma, adapta e amplia a obra do avô venerando.

No segundo volume, consagrado aos poemas homéricos tais como os conhecemos, o distinto membro do Instituto propõe-se a pesquisar "como a Cólera de Aquiles e a Volta de Ulisses tornaram-se a Iliada e a Odisséia e a mostrar na mesma ocasião que, nascida com a história grega, a poesia homérica até sua conclusão em Atenas no VI século permaneceu estreitamente solidária com essa história" (p. 7).

Sem propriamente desprezar a crítica literária interna, reconhecendo nas duas epopeias a obra criadora de um grande gênio, o Sr. Mireau procura explicar a unidade e as possíveis interpolações dos poemas pelos acontecimentos históricos da Grécia antiga e a situá-las no tempo e no espaço. Método revolucionário, que o obriga a fazer grandes digressões e a propor hipóteses inadmissíveis. "A tese geral da obra é que a cada passo do seu desenvolvimento, a poesia homérica foi, até o fim, o veículo de um designio político" (p. 20).

No volume I o Autor nos havia mostrado a importância das rotas marítimas do estanho. No segundo tomo, estuda as rivalidades coloniais que dividiam a Grécia do século VII na luta pela posse desses mesmos roteiros, então disputados por duas coalizões: de um lado Corinto, Sición e Cálcis sustentando a causa de Mitilene; de outro, a monarquia de Giges que, pelo adultério e pelo assassinio, subira ao trono da Lídia, aliando-se a Mileto. Desses conflitos e das transposições de velhos regimes aristocráticos é que o Sr. Mireau supõe encontrar ecos na Iliada e na Odisséia.

Os dois poemas são estudados separadamente.

A análise começa pela Odisséia, de um traçado mais simples que a Iliada. Segundo o Sr. Mireau, "esse conto maravilhoso, esse romance incomparável, onde a inverossimilhança das situações e dos acontecimentos se casa sem esforço com a verdade dos sentimentos" (p. 46) seria — como a "Volta de Ulisses" — a epopeia dos roteiros marítimos e das terras do Oeste e estaria cheio de alusões, de insinuações, de subentendidos. O elogio à fidelidade conjugal, a condenação do adultério (que encontramos nos episódios relativos a Egisto-Clitemnestra e a Ares-Afrodite) ilustrariam a censura do poeta aos crimes do rei da Lídia, adversário que não é poupado em todo o poema. Ao celebrar Itaca — que o Sr. Mireau identifica como Lêucade — Homero o Jovem defenderia a mesma causa que seu antepassado ao cantar Cócira. Visando finalidades políticas, as viagens de Ulisses e de Telêmaco seriam périplos diplomáticos. O Autor salienta as interpolações e refuta a edição de Pisistrato, que supõe proposadamente truncada para servir aos designios políticos do tirano, e se propõe a restabelecer a verdadeira Odisséia, afirmando o seguinte: "tôdas as inverossimilhanças cronológicas desaparecem por encanto (o Sr. Mireau gosta dessa expressão), se deslocarmos tôda a narração das aventuras de Telêmaco, a partir do verso 102 do canto primeiro até o último verso do quarto canto, e se inserirmos esse bloco entre os versos 385 e 386 do quinto" (p. 17).

Em seguida, o brilhante escritor francês passa a examinar a Iliada, transformando-a "num capítulo inédito da história dos estreitos".

Cantando Ilión, Homero o Jovem concederia aos colonos de Mitilene, súditos dos Agamenônidas, estabelecidos na Trôada e nas margens do Helesponto, títulos de primazia. Na sua opinião este poema seria, como a Odisséia, obra

de propaganda política e se destinaria a um duplo auditório: aos Helenos das colônias eólicas da Tróada e aos seus partidários da Grécia Asiática ou continental, entre os quais figurariam os tiranos das cidades de Istmo que, como Ortágoras, protegiam os criadores de cavalos e apreciavam corridas de carros. Os inimigos visados pelo poeta não seriam os Troianos, mas sim os deuses que êle execra: Ares e Afrodite. Na inspiração complexa do poema o Autor distingue três motivos condutores: tema troiano, onde transparece certa simpatia pela cidade de Priamo e de Heitor; ironia e cólera na critica aos inimigos do helenismo eólico na Tróada; heroísmo ao exaltar os feitos de Diomedes e sátiras para ridicularizar as assembléias deliberativas. Composta para grandes recitações, a Iliada compor-se-ia de três grandes blocos de igual dimensão: o primeiro, de 3.700 versos, acabaria com o primeiro dia da batalha; o segundo, de 3.600 versos, começaria no canto XI e terminaria no XVII; o último comportaria 3.700 versos (p. 269).

Depois de salientar a unidade interna da epopéia, o Sr. Mireau passa a aualisar as passagens que considera como interpolações. Os cantos VIII, IX e XIX — que pregam ordem e paz interna às cidades — seriam da autoria de Arião de Metimna, poeta-músico que viveu na córte de Periandro de Corinto. A "Dolonia", de inspiração espartana, dataria do tempo de Pisistrato e teria sido escrita por Lasos de Hermione, homem sem talento, no intuito de lisonjejar as simpatias do tirano. Nota ainda os conhecimentos militares do mesmo escritor em trechos dos cantos IV, XIII, XIV, XVI e XVII e conclui que "êsse doutor em táticas" teria recheado a Iliada de mais de 2.000 versos. O "Catálogo das Naus", que supõe datar da época de Pisistrato, deixaria transparecer o ódio do soberano pelo aristocrata Megacles. Expurgada dêsses 4.600 versos tardios, a Iliada torna-se para o Sr. Mireau um poema conciso e maravilhoso. Pela análise dos poemas o ilustre membro do Instituto deduz que ambos são da autoria do mesmo aedo genial e que foram escritos para um público seleta, amante de alusões políticas, de sátiras e de ironias. Estima ainda o Autor que Homero o Jovem não foi o único a tomar parte nas contendas políticas que dividiam a Grécia antiga; que se êste defendeu os interesses de Mitilene, outros, como Arctinos de Mileto, lutaram pela causa oposta. Depois de consagrar alguns capitulos ao estudo das epopéias do Ciclo Troiano e de lhes propor inédita classificação, o Sr. Mireau termina sua extensa obra por duas afirmativas desconcertantes: a cidade descoberta por Schliemann em fins do século passado não é a Ilion homérica e a guerra de Tróia não se realizou; esta é fantasia inventiva dos poetas, "perfiguração heróica das empresas dos pioneiros do VIII século, justificação mítica dessas empresas" (p. 385).

Pelo que acabamos de expor, os leitores poderão fazer uma idéia da parte hipotética que comporta o longo e erudito trabalho do Sr. Mireau, em quem reconhecemos profundo conhecedor da história e da literatura grega, escritor brilhante, cujos argumentos, porém, apesar de sedutores, achamos absurdos, paradoxais, inaceitáveis em seu conjunto.

Ao terminarmos êstes modestos comentários, fazemos nossas as palavras do Sr. Fernand Robert, da Universidade de Rennes, que, em seu livro *Homère* (p. 274), dá o seguinte conselho aos filólogos:

"Tomemos o texto dos poemas homéricos tal qual é: se êle não é perfeitamente seguro; tudo que se puser em seu lugar será menos seguro ainda. Passemos uma esponja sobre tudo o que foi dito depois de Wolf, pois que Wolf partiu de idéias certamente falsas, e voltemos ao que foi a opinião da critica na antiguidade".

HILDA PENTEADO DE BARROS.

SCHNITZLER (Hermann). — *Mittelalter und Antike. Über die Wiedergeburt der Antike in der Kunst des Mittelalters.* München, Kurt Desch, 1949. 66 págs. e 32 prancnas.

CETTO (Anna Maria). — *Mittelalterliche Miniaturen,* Bern, Hallwag. 48 págs., 19 ilustrações.

A medida que o campo de estudo da História vai se tornando cada vez mais vasto e que as transformações no método oferecem oportunidade para uma reconsideração de todos os setores da disciplina — mesmo dos que aparentemente surgem como completamente explorados — cresce a importância dos testemunhos artísticos como fonte imediata para a reconstituição do passado. Há mesmo quem diga que a linguagem escrita não se adapta completamente à representação do processo histórico, ao passo que a Arte, pondo-nos em contacto imediato com os grandes representantes da cultura dos diferentes povos e épocas, preenche de maneira muito mais satisfatória tal finalidade. Nestas condições, é com grande interesse que deve ser tomado um trabalho que apresenta como subtítulo a seguinte proposição: "A respeito do renascimento da Antiguidade na arte da Idade Média". E é o caso do volume publicado pela editora Kurt Desch, na série *Gestalten und Probleme*, de autoria de Hermann Schnitzler, experimentado especialista no estudo da arte medieval e que desde 1938 exerce as funções de conservador do Schnütgen-Museum de Colônia.

O tema em questão desenvolve-se à maneira de quatro ensaios, todos eles conduzindo ao objetivo enunciado pelo autor e assim intitulados: 1 — A Renascença Carolíngia; 2 — A Renascença Otomania; 3 — A Renascença Gótico-Stáulica; 4 — Nicola Pisano e os inícios da Renascença na Itália.

1 — no primeiro ensaio uma parte introdutória explica, do ponto de vista da Arte, a passagem do período grego clássico ao fim do mundo antigo, tomando o A., como base, a representação da figura humana. O grego, adotando o homem como medida dos deuses, fez com que estes, na escultura, se encarnassem em representações humanas; surgiram, assim, aquelas estátuas impregnadas de beleza, independentes de quaisquer circunstâncias externas a elas próprias, particularmente o espaço. Roma, por sua vez, ligada ao Império, impressionada pelas extensões, teve necessidade do espaço na arte, preferindo, então a representação do homem num meio exterior a ele, num mundo que o circundasse; explicar-se-ia assim a voga do relêvo, que tanta importância assumiu na ornamentação das colunas e dos arcos triunfais. Com o Cristianismo, este espaço passou a tender ao infinito e, coerente com esta tendência, o artista procurou representar o espírito, e não mais o corpo, como haviam feito os gregos; foi então que "o fim da Antiguidade encaminhou-se para a arte bizantina. A luz do Logos sobrepujou a clareza de Apolo"... "Espaço sem fim — corpos sem peso; este é o paradoxo gerado pela dogmática da Antiguidade expirante. Ela não o imaginou como se fôsse a última conclusão da sabedoria, mas viveu-o tão intensamente, que nós apenas com dificuldade podemos ainda reconstituir esta marcha para a representação material (*Bildwerdung*) do Todo. A consequência da espiritualização bizantina era que o mundo corporal da Grécia, tão firmemente fundado, devesse dissolver-se em luz" (pág. 12). "No Oriente, o despotismo do espírito subjugava a Antiguidade" (pág. 13).

As grandes migrações desempenharam enorme papel neste desenvolvimento artístico. Os germanos, quanto à Arte, partiam de ornamentos do tipo de tapeçaria, em que o horror ao vazio determinava a dissolução dos contornos em linhas nas quais não se poderia definir um sentido definido; exemplo disto temos nas miniaturas do Evangelho de Lindisfarne (710-720), em que é notável, aliás, a influência irlandesa. E tal característica levava a uma aproximação com as tendências predominantes no sul, conforme nos diz o A.: "No turbilhão da decadência tocaram-se os dois mundos. Sempre mais para perto fazia pressão a força torrencial do norte em direção do ponto médio do sul. Tal ponto

médio não mais era a corporalidade enrijecida no equilíbrio da plástica grega; ele fôra despedaçado na incansável corrente, em que não conseguira encontrar apoio para a formação de um ponto estável. O mundo grego das formas não teria sido compreensível aos germanos" e estes, em compensação, "percebiam algo que lhes era aparentado na universal linguagem de sinais de Bizâncio. Nestas transmutações concebiam eles a Antiguidade" (págs. 14-15).

Naturalmente, é escasso o material de estudo do lado germânico, mas sempre possuímos algumas cousas, como, por exemplo, o símbolo de Mateus, do Evangelho de Echternach, de procedência inglesa, e no qual — claramente — "o ornamento sobrepuja a forma" (pág. 15).

No Império Franco, entretanto, realizou-se um passo decisivo para a arte ocidental, que foi a inspiração nos modelos bizantinos da Itália, como se vê perfeitamente nas preocupações arquitetônicas de Carlos Magno. O que nos chegou, desta época, foram também miniaturas, que podem ser classificadas em dois grupos:

a) — O *Schatzkammer-Evangeliar* (mais ou menos 800) — em que se destaca a imagem do evangelista João — seguido pelo Evangelho de Epernay e pelo saltério de Utrecht.

b) — O Evangelho de Ada, originado também por volta do ano 800 no mosteiro de Lorsch, e a Bíblia de Vivian, da escola de Tours, onde a miniatura franca atingiu o seu apogeu.

Em todas as miniaturas destes manuscritos, assim como nas suas congêneres em marfim ou em metal (por exemplo, na cobertura do Codex Aureus do Evangelho de Carlos-o-Calvo), distingue-se a incapacidade de determinação de um novo estilo pela fusão de elementos nórdicos e mediterrâneos e, ainda mais, nota-se o seu caráter de corte, nada havendo que lhe permita a atribuição de real popularidade (pág. 18). E por isto não teve grande duração a arte carolíngia, já nos alvares do século X reduz-se ela apenas a alguns raios, cuja função deveria ser a de fecundar o período otôniano.

2 — Já Henrique I voltara-se para a inspiração carolíngia, a começar pela arquitetura, e o mesmo traço permaneceu até Henrique II, através de Oto I, II e III. Como a carolíngia, é também a arte otôniana uma criação de corte, o que se verifica na própria ornamentação dos manuscritos. Agora, todavia, o Reno e a Média Alemanha são as regiões de seu florescimento, e os artistas pertencem, na sua grande maioria, ao mundo eclesiástico ligado à corte. "Partindo destas bases já a arte otônida tem um sabor "mais medieval" do que a carolíngia. Ela deriva de u'a "mais obscura" Idade Média. (*Schon aus diesen Gründen mutet die ottonische Kunst "mittelalterlicher" an als die karolingische. Sie entstammt einem "dunkleren" Mittelalter*) (pág. 25).

Reichenau, na região alamanica, foi o ponto mais importante desta ornamentação, e aí, pela primeira vez na História, poder-se-ia falar em "arte alemã", e não mais em "arte franca". Quanto aos modelos, há uma importante diferença entre os períodos carolíngio e otôniano: enquanto o primeiro tomava-os na arte bizantina e dos últimos tempos da Antiguidade, o segundo buscava-os entre os carolíngios, e — para começar — um modelo pertencente ao grupo de Ada serviu de base para as miniaturas do Codex Aureus Laureshamensis. Elementos antigos, bizantinos e nórdicos são aí perfeitamente distinguíveis, numa como que estratificação; agora, porém, o artista não se limita a imitar, mas procura criar, o que dá origem à existência de um ponto de partida para a arte românica medieval.

A marcha dos ideais políticos, de Oto I a Oto III, teve reflexos na arte, que aspirou a uma grandeza imperial, chegando-se novamente (como em Roma), ao esforço de representação do espaço sensível, e não do infinito, como símbolo de grandeza material. Testemunho desta tendência encontra-se no Egbert-Codex; destaca-se aí a miniatura referente à cena da cura do servo de um centurião (Luc., VII, 2-10) e na qual as côres, como nas pinturas de Pompéia, tão grande papel desempenham. A Bíblia de Vivian foi o modelo para

o Egbert-Codex, mas neste tem-se muito mais a impressão de que o artista quer representar pessoas, e não símbolos, agindo num cenário sensível. Contudo, tais traços, evocativos de Roma, não podem escapar à influência bizantina que lhes empresta a espiritualidade característica de sua arte. Não se deve esquecer, entretanto, que o jôgo das influências variou segundo o momento, o que permite ao A. assim expressar-se: "Se se resumisse a história da arte otônida, até que restasse apenas um esquêma, resultaria a seguinte linha de desenvolvimento: Oto I criou em solo alemão as condições necessárias a uma revivificação da Renascença franca. Filho e neto transformaram-na em um fato. Oto II via aí mais os aspectos bizantinos da arte carolingia, Oto III dava mais importância aos aspectos romanos. Henrique II trouxe consigo a síntese" (pág. 30). E esta síntese, representada, por exemplo, nas miniaturas do Apocalipse de Bamberg (Reichenau, mais ou menos 1020), já pode merecer, realmente, o nome de arte ocidental: tendências romanas e bizantinas aliadas a um renascimento de elementos nórdicos.

3 — O caráter ocidental, porém, só aparece em sua plenitude na Renascença Gótico-Stáufica (*Die gotisch-staufische Renaissance*), em que "a Cavalaria era a portadora da nova época. Sua arte corporificava o seu ideal cristão e universal. Tão amplo é este ideal que abrange Antiguidade e Germanismo transmutados. Ele inclui em si a origem primeira de todo o Ocidente: o Helenismo (*So weit ist dieses Ideal, dass es verwandelte Antike und verwandeltes Germanentum umfasst. Es schliesst den Urgrund alles Abendländischen in sich ein: das Griechentum.*") (pág. 40).

Enquanto da França partia o Gótico, a Alemanha, nos séculos XII e XIII, dedicava o melhor de suas forças ao Românico, e só nos fins do período dos Staufer, em 1248, com o início da construção da catedral de Colônia, irrompeu o novo estilo no país. Bastante significativo é este fato quando notamos que tal triunfo coincidiu com o desaparecimento das pretensões à monarquia universal e que o último imperador a encarná-las, Frederico II, viveu voltado para o sul, e não para o norte, donde saíra o Gótico. O Românico estaria, assim, ligado à própria idéia imperial dos Staufer.

A escultura, então, já está bem em condições de nos fornecer o material de estudo, cuja abundância contrasta com a escassez dos períodos anteriores, e a escultura do século XIII, também chamada clássica, liga-se através do tempo, ao outro grande período clássico da história do Ocidente: o século V a.C., Apesar de tôdas as diferenças existentes entre a plástica livre dos gregos e a plástica ligada à arquitetura dos alemães, não se pode deixar de reconhecer uma linha contínua desde o século V a.C. até o século XIII a.D., com as seguintes etapas de desenvolvimento: plástica livre, que desaparece com o predomínio do relevo entre os romanos; o próprio relevo cedendo diante da pintura bizantina, em que o esforço de representação da espiritualidade conduz à dissolução dos contornos humanos; em seguida, no Ocidente, o encontro de influências e, sob os Otônidas, indícios de retorno a certas características romanas; agora, com os Staufer, o reaparecimento da importância da escultura, ainda que ligada à arquitetura, de forma semelhante à do relevo romano. No côro de Gröningen (mais ou menos 1170) é atingido o ponto ideal de ligação entre a figura e a parede, numa obra em que a arquitetura se revela românica pela sua origem romana e stáufica pela sua presença nórdica (*Es ist romanische geworden nach seiner römischen Herkunft und staufisch nach seiner nordischen Gegenwart* (pág. 44). Assim, a superação da excessiva espiritualidade bizantina significaria aqui a vitória do Ocidente sobre o Oriente, de tal modo que "esta hora da Idade Média, aparentemente a mais distanciada do mundo grego, indica, na verdade, o caminho para um novo Helenismo" (pág. 45).

Com o Gótico este traço é ainda acentuado, porquanto foi só com este estilo que, decididamente, como na Grécia antiga, a plástica esforçou-se por obter o predomínio no panorama artístico medieval (pág. 46); e, aqui, este passo de aproximação com a Antiguidade revela-se de maneira mais clara nas

esculturas francesas. Alemães e franceses diferem, entretanto, na origem de sua inspiração: "Em Reims é o modelo grego transmutado mais à maneira romana, em Bamberg, mais à maneira bizantina (*In Reims ist das griechische Vorbild mehr nach roemischer Art hin verwandelt, in Bamberg mehr nach der byzantinischen hin* (pág. 50). De qualquer maneira, todavia, a conclusão é uma só: "Com as esculturas das catedrais encerra-se, no norte, a alta Idade Média. Com Nicola Pisano tem seqüência, no sul, a nova época do Ocidente. Ela repousa sobre os ombros da Renascença gótico-stáufica" (pág. 52).

4 — Com os púlpitos de Nicola Pisano, ao qual Schnitzler — contrariamente às opiniões de Vasari e de Burckhardt — tanta importância atribui, chegamos à aurora da Renascença com a libertação da escultura da força da arquitetura. E isto não seria possível, apesar de todo o patrimônio clássico existente na Itália, se não fosse o trabalho preliminar realizado no norte durante o período gótico-stáufico. É o que permite ao A. dizer que "a raiz repousa na Antiguidade. Mas ela teve que ser transplantada na obscuridade da Idade Média nórdica para que pudessem amadurecer os frutos com que a Itália presenteou o mundo" (pág. 60). Renascimento e Antiguidade estariam, assim, ligados pela arte medieval.

Indispensáveis para que se possa seguir o pensamento do A. são as ilustrações referentes às obras de arte mencionadas nos ensaios. Tais ilustrações encontram-se em 32 pranchas, no fim do volume. Trata-se de excelentes fotografias mas que, na parte das pinturas, apresentam o grave inconveniente de não serem coloridas, o que nos obriga a recorrer a outras reproduções. Justamente para suprir, pelo menos em parte, esta deficiência, é de real utilidade o pequeno volume editado pela casa Hallwag, de Berna, na série *Orbis pictus* e intitulado *Mittelalterliche Miniaturen*. Compõe-se tal livro de 19 reproduções fotográficas coloridas, obtidas diretamente dos originais por ocasião da exposição *Kunst des frühen Mittelalters*, organizada em 1949 pelo Museu de Arte de Berna. Cada gravura é acompanhada por uma excelente explicação feita por Anna Maria Cetto, a quem coube também escrever a introdução ao volume, introdução esta rica em ensinamentos para a boa compreensão deste importante setor da arte medieval. Miniaturas, como a do evangelista Lucas (do manuscrito de Ada), de Oto III (do Evangelho conhecido sob o nome deste imperador e composto em Reichenau), e outras de que trata Schnitzler nos seus dois primeiros ensaios, são aí oferecidos com o maior cuidado material ao leitor preocupado com os detalhes de tais trabalhos.

PEDRO MOACYR CAMPOS.

POP (Sever). — *La Dialectologie*. Editions J. Duculot, Gembloux, s/d. (1950), 2 vols., 1.400 pp., 72 lâminas e 5 fora do texto.

Este magnífico trabalho, que acaba de ser publicado, do atual "visiting professor" na Universidade Católica de Lovaina (Bélgica), o filólogo rumeno Sever Pop, leva como subtítulo, "Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques". Esta referência, revela a transcendência da obra, num duplo vigor. Inapreciável documento para uma história da lingüística, especialmente enquadrada nos trabalhos e pesquisas sobre dialetos, nos domínios das linguas românicas ou neo-latinas e nos dos idiomas não romanos, tanto europeus, como africanos e asiáticos. A outra faceta, que completa didaticamente, a inestimável empresa histórica, é a referida à metodologia para as pesquisas lingüísticas. Foram seis anos de trabalho direto, concretizado na reunião do material para o desenvolvimento do programa, mas, realmente, se trata do fruto de mais de vinte anos de estudos, de informações e pesquisas, de investigações dialéticas e de prática obtida no ensino universitário. Sever Pop, acaba pois de produzir uma dessas obras que assinalam momentos históricos na bibliografia especializada, um verdadeiro trabalho enciclopédico, posto que o autor teve

que mobilizar tôda a ciência da linguagem, desde a simples lexicografia até entranhar-se na biologia ou seja, no espirito que deu valor e impressão à forma falada. O índice esquemático de "A Dialectologia" de Sever Pop, oferece à simples vista, o vasto e fascinador conteúdo. Uma primeira parte (o primeiro volume), que compreende a dialectologia néo-latina ou romana, subordinada às grandes unidades idiomáticas européias, sempre sob o ângulo histórico e com um panorama lingüístico-geográfico: o Francês; o domínio Franco-Provençal; o Provençal; o Catalão; o Espanhol; o Português; o Italiano; o "Romanche", ou Ladino, ou lingua néo-latina dos Grisões; o Dalmático; o Sardo e o Rumeno. Em cada um destes capítulos, a atividade pesquisadora alcançou os mais recentes estados da lingüística, com uma riqueza incontestável de bibliografia, de citações, de exposição de trabalhos, alguns em vias de publicação, sem esquecer o dado mais elementar de indole pesquisadora e, sobre tudo, os mais modernos instrumentos de investigação e pedagogia, com os referentes à fonética experimental, aos arquivos fonográficos e aos atlas lingüísticos. Nos capítulos de admirável erudição, dedicados a Espanha e Portugal, a exposição estende-se aos dialetos continentais de Ultramar e aos insulares. Assim, para Espanha, examina a linguagem hispano-americana desde o Novo México até a Argentina, o judeu-espanhol e a fala das ilhas Filipinas, inclusive o resultado de uma investigação nas ilhas Canárias. Para Portugal, oferece um trabalho complementar sobre o Brasil e sobre outros lugares de Ultramar, nas colônias lusitanas da África e da Ásia. E sendo estes capítulos e os restantes de nutrido texto, o que compreende o estudo dialetal italiano, o mais extenso, chama a atenção pelo rigor documental da matéria expositiva e pelo quadro científico dos elementos filológicos italianos. As especuações dialetais nas traduções literárias regionais, a atividade notável de Bernardino Biondinelli, os textos de C. Battisti, o trabalho de Oscar Keller, a contribuição das revistas especializadas, das monografias, o vasto repertório de Atlas lingüísticos e etnográficos regionais da Itália e a ação do Laboratório de Psicologia da Universidade "del Sacro Cuore" de Milão, com as últimas pesquisas pela análise eletro-acústica. Quanto ao Rumeno, é o mais completo que se realizou até hoje, sobre os dialetos. Não é menos amplo e nítido o horizonte que brindam os estudos concernentes à França. Desde os primeiros trabalhos do abade Gregoire (1790), até as recentes informações sobre o regionalismo lingüístico, incluindo noticia de publicações de indole diversa, como os dicionários etimológicos e o curioso informe sobre a terminologia vulgar da botânica, que motivou estudos que culminam na classificação feita pelo folclorista Eugène Rolland.

É necessário desistir de integrar nos limites de uma resenha bibliográfica tôdas as sugestões que, não só para o estudo dos dialetos, mas também, para o dos idiomas em geral, na órbita néo-latina, oferece o magistral trabalho da obra de Pop. E não menos surpreendente, é o que realizou na segunda parte, ou seja no campo da dialectologia não romana. O quadro apresenta-se desta forma: Alemanha, com um resumo documentado dos estudos de Stalder e de Schmeller e de seus sucessores e um panorama da geografia dialectal e do folclore alemão; Suíça; Luxemburgo; Bélgica (parte flamenga) e os Países-Baixos, com o complemento do neerlandês sul-africano; os Países Escandinavos; Grã-Bretanha; Estados Unidos e Canadá; Línguas Célticas; Línguas Eslavas, com interessante síntese sobre as pesquisas dialetais na União Soviética; Línguas Fino-Hungrianas (desde o Báltico à Hungria); o Grego Moderno, com a referência à personalidade de Hubert Pernon e informes sobre o folclore da Ásia Menor; o Albanês, o domínio Berberisco, com informações dialetais destes povos nômades do norte da África e o trabalho de André Bassit; o domínio Bantú (África Central e Meridional); o domínio árabe, com os atlas lingüísticos da Síria e da Palestina; o Chinês, com as amplas pesquisas acerca dos dialetos nessa enorme parte do mundo que foi o Celeste Império e o método preconizado pelo padre Grootaers; as Línguas da Índia, a mais vasta investigação dialetal; o Coreano, com pesquisas locais. Encerra este ingente tra-

balho, o capítulo das Conclusões, como consequência dos ensinamentos metodológicos e um quadro final de índices cronológicos das diferentes pesquisas e de atlas linguísticos e folclóricos em preparo.

Sever Pop, já conhecido nos meios universitários de sua especialização, europeus, antigo catedrático da Universidade de Bucareste e da Universidade de Cluj, que tanto relevo projetou para a cultura de seu país, hoje, apresenta-se com essa outra personalidade que nosso mundo atormentado imprimiu a certos homens, juntamente com o homem de ciência, o homem perseguido pela intolerância partidária, sem lar fixo e sem pátria. Na sua última carta dizia-me: "je suis, hélas, un homme sans patrie, mais décidé à lutter jusqu'au but pour l'idéal de liberté". Em 1942, transferiu-se para Roma, para ocupar o cargo de diretor adjunto na Academia Rumena, trabalhando na preparação de seu livro até 1947. Foi então compelido a uma submissão, ditada pela vicissitude de seu país que entrava decididamente numa ordem política que se opunha às suas concepções liberais, tão sólidas nos homens que delas necessitam para sua vida intelectual. Obrigando a renunciar a seu posto e a renunciar à sua cidadania, teve que pôr a salvo seus livros e seus fichários, escondendo-os nos sótãos de um colégio de Roma. Transformado em refugiado político, aceitou a hospitalidade de um convento da Cidade Eterna. Nestas condições voltou a continuar suas tarefas. "Há por conseguinte no meu estudo — confessa Pop no prefácio de sua obra — páginas que me recordam que o trabalho científico é a única satisfação nos momentos mais difíceis de um pesquisador". A Universidade Católica de Lovaina, abriu-lhe depois suas portas a convite do reitor e ali, com o afeto e o auxílio intelectual de colegas, continuou e terminou sua obra. Em 1948 esteve em Lisboa, para aproveitar documentos da biblioteca do Centro de Estudos Filológicos. De um modo ou do outro, Sever Pop documentou-se em Institutos, Bibliotecas e Arquivos dialetais. Além do que obteve nos centros do seu país, conseguiu trabalhos da Universidade sueca de Upsala, do Instituto de Estudos Catalães de Barcelona e do Instituto Antônio de Nebrija de Madri, do Instituto de Filologia da Universidade de Buenos Aires, do Filologia Romana de Roma, da Biblioteca polonesa de Paris, do Instituto Grã Ducal de Luxemburgo, da Escola Normal Superior de Pisa, etc. etc.. Tenhamos em conta seus próprios trabalhos locais, seus cursos, suas conferências, suas publicações; prática acumulada. A volumosa obra que hoje conseguiu editar, além das colaborações por ele solicitadas nesse mundo da solidariedade científica, foi possível com o apóio da Fundação Universitária da Bélgica, do Comité Internacional Permanente de Linguistas da Universidade de Lovaina e da Unesco. É copiosa a relação que o autor faz das personalidades de tôdas as partes que contribuíram com sua cooperação inteligente para o meritório trabalho.

A voz orientadora da atividade de Sever Pop, há mais de vinte anos, lançada por Charles Nodier, de que todo o homem que não explorou cuidadosamente os dialetos de sua língua, não a conhece senão pela metade. Pela natureza da obra de Pop pode-se pensar que a bibliografia alcança um sério nível, induzindo à complexidade, mas não é precisamente assim. Procurou evitar êsse abuso, muito de nossos dias, e que geralmente não acusa senão o afã de registro erudito, de adornar com o acessório, o que não resiste à crítica consciente. O leitor encontra facilmente os caminhos a empreender, nas partes que mais o interessam, sem a inundação de referências, que muitas vezes nem foram comprovadas pelo autor que as menciona. A síntese, foi o sentido da obra, e o critério histórico-científico, a maior preocupação. Por isto, o trabalho de Sever Pop, vai impôr-se irremediavelmente na biblioteca do linguista e do filólogo, e na do historiador e na do literato. Para os dois primeiros é ocioso indicar sua significação. A segurança, com que se afirmam documentos acusa relações pessoais com os anais e arquivos. Houve um afeto particular pelos mapas linguísticos, que são certamente como a gráfica estratégica desenvolvida pela luta da palavra e o manifesto comprovante das variações, das influências sofridas, das transformações experimentadas, da história viva,

enfim, do vocábulo, em cada país, e dentro de cada país, em cada região. Um método de classificação ordenada da matéria revelador da destreza científica de Pop, facilita suavemente a compreensão das informações e o estilo claro e correto ao mesmo tempo, é o máximo que se pode exigir em trabalhos desta natureza. Se alguma observação pode a crítica fazer é a preocupação "prática" que parece hostilizar o gosto contemporâneo pela digressão filosófica, mas Pop, foi e é um educador e sabe no que ater-se quanto a princípios de dialética e de retórica. Tão pouco está a obra isenta de uma séria objetividade analítica, e a crítica acompanha em várias ocasiões a crônica de trabalhos e métodos. Possivelmente o rigor do analista, sobretudo na segunda parte da obra, torna conciso demais o quadro das referências, mas de outro lado compreende-se bem que a obra alcançaria proporções que não se poderiam encerrar em dois volumes e tornar-se-ia muito menos sugestiva, ficando apenas como obra de consulta e sem esse espírito vivaz que, a meu ver, a caracteriza.

LUIS AMADOR SANCHEZ.

VINCENT (Abade C.). — *Théorie des Genres Littéraires*. 20.^a edição. Paris. 1948.

Na altura em que estamos do terreno da arte literária, já se faz mister uma renovação, não só do estudo da literatura no Colégio, mas das obras didáticas que para esse objetivo se destinam. O que vem acontecendo com o ensino da literatura nos nossos colégios não é um fenómeno típico: o mal também é vigente nas escolas da França. No prefácio de sua *Théorie des Genres Littéraires*, o abade Vincent confirma essa defeituosa orientação literária que levam os bacharéis para os cursos superiores. Estes não ignoram que um Corneille nasceu em Ruão, na rua de Pie; nem desconhecem o dia de seu nascimento, como também as datas da representação de sua peças. Saber, entretanto, como é construída uma tragédia, o que vem a ser, no teatro, "ação", "caráter" etc., ninguém sabe. O ensino se reduz ao excesso das minúcias históricas, em detrimento da arte literária. É o que lamentavelmente vem sucedendo nas nossas escolas secundárias, onde a biografia exaustiva ainda é a única base dos conhecimentos literários de nossos escolares. Mesmo a arte literária, muitas vezes ministrada por professores que não dispõem da necessária preparação nesse campo, ainda palmilha a rotina encarquilhada dos compêndios de retórica do século XVIII. Os gêneros literários, por exemplo, ainda são aquelas entidades que preexistem à elaboração artística, como se foram realidades absolutas e a priori. Estamos, pois, sob o império das velhas preceptivas clássicas, que são válidas para o caso especial daquela escola. Hoje, que o fenómeno literário já está com tantos dos seus mistérios devassados, se torna imprescindível uma reforma da didática da literatura, para que não se verifique aquilo a que vimos assistindo nos vestibulares das escolas superiores, para onde se dirige o estudante que desconhece o fenómeno literário nos seus aspectos mais simples, a par de ausência completa de leitura.

O livro do abade Vincent, conquanto não seja uma exposição completa da teoria dos gêneros literários (porque muitos aspectos da questão não foram examinados, nem aproveitadas as conquistas do Congresso Internacional de História Literária Moderna, realizado em Lião em 1939), está incontestavelmente acima dos trabalhos de Antoine Albalat, porque Vincent dispõe de erudição, capacidade didática e espírito crítico. As obras daquele dão-nos sempre uma impressão de rapsódias bem cozidas de um fichário que o longo discorrer dos anos preparou.

Conquanto afirme o autor haver aproveitado os últimos resultados da crítica moderna, não demonstra haver conhecido os trabalhos levados a efeito pelos congressistas de Lião. Ora, não se justifica que em sua pátria Vincent desconheça os progressos da teoria dos gêneros literários. Embora a metralha germânica malbaratasse a ultimate dos trabalhos do Congresso em 1939, mui-

ta coisa atingiu a sua realidade, muitas teses foram discutidas e tantas outras controversias levantadas. Mas esses progressos da arte literária não invadiram a obra do abade Vincent, muito menos a de Mário Fubini, que, num *symposium* sobre os problemas e orientações críticas de língua e literatura italianas (in *Tecnica e Teoria Letteraria*, Milão, 1948), dissertou com grande conhecimento de causa sobre a "Genesi e storia dei generi letterari" (págs. 161-237).

É para admirar que ainda na Europa se desconheçam os pontos de chegada dos notáveis congressistas de Lião, quando em nossa Faculdade, há quase 10 anos, a cadeira de Literatura Portuguesa vem tornando familiar aos seus alunos essas conquistas da ciência moderna da literatura. A teoria dos gêneros literários do abade Vincent está ainda comprometida com as idéias de Brunetière, que hoje estão superadas, embora o discípulo de Darwin tenha trazido uma grande contribuição para o estudo dos gêneros literários e se tenha batido por um tratamento científico da matéria. Os gêneros não são — como pretendia Brunetière — realidades objetivas como são as realidades do mundo natural. Por isso mesmo, uma das teses mais importantes do Congresso de Lião foi a do crítico húngaro Johan Hankiss, que defendeu a base psicológica dos gêneros literários. O gênero, embora evolucione, não possui uma vida própria, porque o seu destino está equacionado à sensibilidade do artista e às variações da moda. Não é um ser vivo, que nasce, cresce, atinge a sua plenitude e decai; mas filho do mais profundo subjetivismo humano. Charles Lalo pecou também pelo excesso com que acreditou na influência dos fatores anestéticos na transformação e na distinção dos gêneros literários. Para ele o destino deste fenômeno literário está sob a influência quase exclusiva dos fatos sociais.

Didático, rico de idéias pessoais, o trabalho de Vincent, senão vertido, devia servir de modelo para a elaboração de um congênera em língua portuguesa, para atender a uma necessidade do ensino no curso colegial e mesmo nos cursos superiores de letras. Está claro: não seria uma tradução, porque o arcabouço doutrinário deveria passar pelo sópro flamineo de um forno de revêrbero: os pontos de chegada da moderna ciência da literatura.

S. SPINA.

FREIRO (Eduardo). — *Como era Gonzaga?* Publicação da Secretaria da Educação de Minas Gerais. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1950. 73 pp.

Vem esta brochura de 73 páginas tentar o restabelecimento do verdadeiro retrato de Gonzaga através de depoimentos contemporâneos e de raras notas autobiográficas, colhidas nas poesias do famoso Dirceu. Difícilmente se convencerão os leitores de que este seja o verdadeiro retrato de Gonzaga porque não há verdade capaz de destruir o que a imaginação criou e a lenda consagrou definitivamente. Além disto, aquêl perfil padecente e romântico do verdadeiro amante de Marília foi criado espiritualmente, através das impressões literárias de sua obra e este, que ora nos dá E. Friero, é feito das notas materiais, físicas, somáticas, — sendo impossível conciliá-las. O talento transfigura os corpos e que mais disformes que sejam, aparecem transformados ante os olhos do espirito. Júlio Ribeiro foi um dos homens mais feios do seu tempo e casou-se, já velho, viúvo e pobre, com Dona Belizária, a mais bela paulista da época. Perguntando-lhe eu como fôra possível tal casamento, explicou-me Dona Belizária muito simplesmente: Júlio quando falava, tinha tanto talento que se tornava o homem mais bonito do mundo! Assim se passou com Gonzaga: podia ter sido barrigudinho, atarracado, de estatura meã, bastante calvo, vaidoso e preocupado com nuguices de trajes e ademanos, como nã-lo descreve Friero; mas as suas líras, o seu doloroso romance, a sua imaginação o transformam aos nossos olhos em excelsa figura que nenhum esforço histórico, em-

bora talvez mais perto da verdade, conseguirá modificar. A tudo isto acrescenta-se o tom desdenhoso e caricato das páginas de Frieiro que somente serve para antipatizá-lo com o leitor e dar-lhe a pensar que um certo sentimento de desprezo o levou a traçar essa tentativa de reconstrução fisionômica de Gonzaga. O desleixo do escrito é outro ponto fraco deste autor que tem merecido não pequenos gabos da crítica nacional. Não sei porque teria escrito, no prefácio, Abgvar Renault estas palavras que acho descabidas: "Com este volume, que tanto tem de exíguo quanto de admirável, etc.". De exíguo, sim; de admirável... só para os que nasceram em noite de lua cheia.

SILVEIRA BUENO.

MENDES (Renato da Silveira) — *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Boletim n. 110 — Geografia, n. 4. S. Paulo, 1950. 172 págs., 17 mapas, 4 gráficos, 108 fotos.

A reconquista da Baixada Fluminense constitui indubitavelmente um dos mais empolgantes temas da geografia humana e econômica brasileira. Região que concentrou um dos povoamentos mais antigos do nosso país, tão importante no início da era colonial quanto Bahia e Pernambuco como centro de atração do elemento europeu, a Baixada Fluminense "até meados do século XVIII era uma verdadeira síntese do Brasil colonial: os engenhos e currais, ou a agricultura e a pecuária, que no Nordeste estavam tão distanciados que chegaram a formar tipos diferentes de civilização, no litoral fluminense se localizavam bem próximos. A partir de 1750, aproximadamente, a cultura da cana de açúcar passou a dominar quase que exclusivamente, relegando para plano inferior outras atividades econômicas, principalmente a pecuária, imprimindo à região uma certa uniformidade na paisagem rural". Região açucareira permaneceu até os nossos dias a planície campista, enquanto que as demais áreas da Baixada sofreram terrível decadência da qual só em princípio deste século, ou mais precisamente, nos últimos 25 anos, conseguiu ressurgir, graças aos trabalhos de saneamento ali realizados pelo governo federal.

Tão palpitante assunto vem há muito merecendo a atenção do prof. Renato da Silveira Mendes, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Tendo realizado diversas excursões à região com o objetivo de apreciar "in loco" os seus problemas, assenhoreando-se, ainda, de valiosa documentação histórica e de seguras informações sobre o presente, foi-lhe possível realizar o estudo e a interpretação das paisagens culturais dessa importante região na obra em apreço, recentemente editada pela Faculdade a que pertence. Consta a obra de três partes: 1) Aspectos físicos e divisão regional da Baixada Fluminense; 2) As paisagens antigas; e 3) As paisagens modernas. Na segunda parte, em que o A. reconstitui e sintetiza de maneira muito feliz a história da Baixada Fluminense, são estudados o ciclo do açúcar e a paisagem nos fins do século XIX e princípios do século XX. A terceira parte compreende o estudo da ocupação do solo, da distribuição da população, das paisagens rurais das baixadas de Guanabara e de Santa Cruz, das planícies litorâneas e dos vales interiores e da região açucareira de Campos.

Inúmeras dificuldades (de muitas das quais fomos testemunhas) ofereceu ao A. a reconstituição das paisagens antigas. A falta de documentação, cartográfica principalmente, que torne possível conhecer o aproveitamento do solo e a distribuição da população no passado, não apenas na Baixada Fluminense, mas em qualquer região do país, constitui elemento capaz de levar ao desânimo o pesquisador que por tais caminhos entender enveredar-se. Soube o prof. Renato da Silveira Mendes vencer todas as dificuldades que o tema poderia oferecer, realizando acurada pesquisa histórica nos arquivos do Rio de Janeiro, servindo-se sobretudo de mapas, roteiros antigos, quadros estatísticos, manus-

critos, memórias (Couto Reis, Araruama), o que lhe permitiu elaborar os quatro valiosos mapas referentes à ocupação do solo das primeiras décadas do século XVII até o século XX, os quais dão ao seu livro grande interesse histórico, tornando-o mesmo indispensável para qualquer estudo sobre o passado do Rio de Janeiro.

Excelentes elementos para esse trabalho hauriu o A. nos relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram a região no início do século XIX: Saint-Hilaire, Spix, Martius, Luckock, Pohl, o Príncipe de Wied-Neuwied. Aliás, o próprio A. já demonstrou, em trabalho anterior, o quanto a contribuição dos viajantes antigos é indispensável para o conhecimento das paisagens modernas na Baixada Fluminense. Desenvolvendo a tese primitivamente dada à estampa em importante órgão da imprensa paulistana, não fez o A. senão reforçar e confirmar os pontos de vista então expendidos, ressaltando o valor de uma vasta fonte até há pouco inteiramente desprezada, mas à qual já se começa a dar a devida importância.

Na impossibilidade de resumir convenientemente, como gostaríamos, o livro do prof. Silveira Mendes, a fim de para ele chamar a atenção dos estudiosos de história e de geografia, julgamos oportuno transcrever as conclusões a que chegou o A.: 1) As paisagens culturais da Baixada Fluminense foram elaboradas em função das possibilidades oferecidas pelo meio físico e de acordo com as condições econômicas prevalentes em determinados períodos da história da civilização brasileira. Conseqüentemente, as paisagens culturais se transformaram desde o início da colonização até o presente ora evoluindo para uma conquista do solo mais completa quando a situação econômica assim o permitia, ora regredindo para o abandono da terra quando se alteravam as condições econômico-sociais. 2) A Baixada Fluminense pode ser subdividida em sub-regiões que se caracterizam mais pelas paisagens elaboradas pelo homem do que propriamente pelas diferenciações do meio físico. 3) Além das sub-regiões aceitas pela maioria dos geógrafos, podemos distinguir a "zona dos contrafortes e vales interiores" que embora sendo uma faixa de contacto ou de transição entre as outras, apresenta certas peculiaridades que a diferenciam das demais. 4) Durante o "ciclo do açúcar" as paisagens rurais da Baixa Fluminense apresentavam grande semelhança com as do Nordeste do Brasil, pois os elementos típicos associados à cultura canavieira na época, tais como o engenho, a casa-grande, a senzala, a capela e "os meios de transporte, também se difundiram na região. 5) O declínio econômico de várias zonas da Baixada; particularmente na sub-região da Guanabara, deve-se à concentração da cultura canavieira na Planície Campista após o aparecimento dos engenhos a vapor, e não exclusivamente à abolição da escravatura que apenas coroou um processo de decadência já iniciado muito antes desse acontecimento. 6) Embora profundamente modificada pela introdução de novos tipos de exploração agrícola, a paisagem da Baixada de Guanabara ainda apresenta diversos vestígios do passado "ciclo açucareiro". 7) As grandes obras de saneamento empreendidas recentemente devem ser completadas pelo incentivo à colonização, para que haja conservação dos trabalhos e compensação dos gastos com a recuperação da terra. 8) Certas zonas onde a ocupação do solo é contínua e prevalece a monocultura apresentam uma paisagem rural de grande uniformidade, mesmo que a propriedade esteja bastante subdividida, como é o caso dos laranjais de Nova Iguaçu ou de determinados trechos de canaviais em Campos. 9) Nas sub-regiões onde as condições atuais ainda não permitiram a introdução e o desenvolvimento de um produto comercial de grande aceitação, a paisagem rural reflete um sistema de economia fechada e um acentuado caráter de arcaísmo, como é o caso dos vales interiores. 10) A diversidade de paisagens culturais da Baixada é um fato relativamente recente e parece traduzir um melhor aproveitamento dos recursos do meio.

O livro do prof. Renato da Silveira Mendes, representa, pois, uma das mais valiosas contribuições para a bibliografia geográfica de nosso país. Geográfica e também histórica, pois tratando de assunto no qual o apelo ao pas-

sado foi tão freqüente, soube o A. levar avante, com espírito de historiador, uma pesquisa séria e exaustiva, que em diversas ocasiões tivemos o privilégio de acompanhar de perto em viagens e trabalhos que realizamos juntos pela Baixada Fluminense.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.